



### EDITORIAL

**Bertolt Brecht**, poeta e dramaturgo alemão escreveu:

**"Primeiro levaram os comunistas, mas eu não me importei porque não era comigo.**

**Em seguida levaram alguns operários, mas a mim isso não me afectou porque eu não sou operário.**

**Depois prenderam os sindicalistas, mas eu não me incomodei, porque nunca fui sindicalista.**

**Logo a seguir chegou a vez de alguns padres, mas como eu não sou religioso, também não liguei.**

**Agora levam-me a mim, e quando percebi já era tarde."**

Brecht escreveu este poema há cerca de 8 décadas, mas o CA da Carris confere-lhe uma **actualidade gritante!** Pretendem com processos disciplinares para despedimento fazer recuar a luta dos trabalhadores da Carris. Pretendem intimidar quem assume a legalidade do 25 de Abril e o direito a ser sindicalista. É necessário ter consciência que isto diz respeito a todos os trabalhadores: aos motoristas, guarda-freios, oficinais, administrativos e quadros técnicos. O CA da Carris e o seu Governo pretendem ir ainda mais longe, pretendem instalar um clima do "eu quero, posso e mando" na empresa. Tal como no passado e no presente **só com a luta e a unidade dos trabalhadores se poderá por cobro à repressão e à intimidação, ao roubo dos nossos salários, à retirada dos direitos. Os trabalhadores da Carris têm a força da sua unidade e da sua luta, não o permitirão!**

Os resultados das contas das empresas públicas do Sector Empresarial do Estado do sector dos transportes estão a sair. O CA da Carris já apresentou as contas relativas ao ano de 2011 e apresenta um saldo positivo de 15 milhões de euros. Aumenta a receita de exploração em 5,6 milhões de euros, apesar de registar uma diminuição entre 2010/2011 de 12 milhões de passageiros. **Reduz as despesas com pessoal em 16,6 milhões de euros. Rouba 5,4 milhões de euros aos utentes (por via dos aumentos dos transportes)** e essa soma de 21,9 milhões de euros não via para o Orçamento de Estado. **A Carris paga à banca 20,9 milhões de euros! É um escândalo!** Veja-se o quadro abaixo! E falam eles de "crise"! Lembremos os milhões pagos ao BPN, BPP, etc. "Para os ricos há milhões, para os trabalhadores há tostões!" É à conta do nosso trabalho que eles vivem "topo de gama" , especulam, fogem para a Holanda e off-shores.

Empresas	Gastos com Salários		Variação Entre 2010/11	Gastos c/ Juros		Variação Entre 2010/11
	2010	2011		2010	2011	
<b>Carris</b>	<b>83,5</b>	<b>66,9</b>	<b>-16.6</b>	<b>30.4</b>	<b>51.3</b>	<b>20.9</b>
ANA	71.3	57.6	-13.6	14	16	2
Metro Porto	5.8	4.8	-1	89.6	136.6	47
STCP	30.6	26.7	-3.9	28.4	48.5	20.1
CP	88.7	73.8	-14.9	165	188	23
<b>Total</b>	<b>279.9</b>	<b>229.8</b>	<b>-50.1</b>	<b>327,4</b>	<b>440,4</b>	<b>113</b>

(dados em Milhões de Euros)

Não são os trabalhadores, os reformados, os pensionistas e os pequenos empresários que são os culpados da crise. Não são estes que "andaram e andam a viver acima das suas possibilidades"! São os Belmiros, os Ricardos Salgados, os Soares dos Santos, os Champallimauds etc. e a banca que arrancam ao nosso povo lucros astronómicos, e os seus serventuários que têm governado o país, PS, PSD e CDS .

No dia 3 de Maio, o Governo aprovou o Decreto-Lei 98/2012 sobre o funcionamento das Administrações da Carris e do Metropolitano de Lisboa (mais conhecido por *Fusão Carris/Metro*). Face à forma, ao conteúdo e aos objectivos deste Decreto-Lei, **o Grupo Parlamentar do PCP decidiu chamar à ratificação pela Assembleia da República, no sentido de o revogar**. Do conteúdo damos conhecimento aos trabalhadores dos principais extractos:

Das vastas razões que exigem a revogação deste Decreto-Lei, sublinhamos:

1. Mais uma vez, o Governo age em violação da Lei e em total desrespeito pelos trabalhadores das Empresas Carris e Metropolitano de Lisboa. Tratando-se de decisões que revêem os Estatutos das Empresas, que assumem a extinção das mesmas, que alteram o modelo de gestão destas empresas, e pressupõe a sua vasta reestruturação, o Governo não podia legislar sem antes ouvir as respectivas Comissões de Trabalhadores - coisa que nem formalmente fez, pois nem sequer se deu ao trabalho de forjar um daqueles pretensos diálogos onde nada informa e nada ouve, como noutras matérias tem sido apanágio. Cabe à Assembleia da República corrigir esta actuação do Governo, revogando este decreto-lei.

2. A demagogia que está contida na ideia - expressa no decreto-lei - de que a racionalização de custos nas empresas do Sector Empresarial do Estado se alcançam com medidas como a redução de 10 para 4 Administradores. Este tipo de demagogia faz parte da irresponsabilidade com que a coisa pública tem sido gerida por PS, PSD e CDS. Irresponsabilidade porque nem sequer no plano da despesa este tipo de medidas tem resultados automáticos (se por exemplo forem nomeados 12 ou 60 novos assessores e afins, ou forem criados novos patamares de direcção), nem se dirige às causas estruturais da excessiva despesa com os Administradores das Empresas Públicas (o seu salário e as suas mordomias face ao que ganham os trabalhadores), nem às verdadeiras despesas que custam à gestão da coisa pública (amiguismo e clientelismo nas contratações, realização de despesas desnecessárias e inúteis, falta de transparência, etc.). Irresponsabilidade ainda porque fugindo do verdadeiro problema (a forma e os objectivos com que são nomeados os administradores das empresas públicas e a crescente opacidade da gestão) o governo demite-se de avaliar quantos administradores são necessários para o correcto funcionamento destas duas empresas, optando por nomear um conselho de liquidação destinado a entregá-las baratas aos privados, "custe o que custar".

3. O Governo apresenta este Decreto-Lei sob a Autoridade do PET - trata-se de cumprir os superiores desígnios do PET. Ora (...) este plano de privatizações que o governo baptizou de PET (Plano Estratégico de Transportes) está completamente desautorizado. (...) quando se exigia colocar um travão numa política que está a destruir os transportes públicos (e o Metro e a Carris são tristes exemplos disso mesmo), o governo dá mais um resolutivo passo em frente...rumo ao abismo. Cabe à Assembleia da República colocar-lhe um travão, revogando este decreto-lei.

4. O Governo apresenta a medida proposta - uma única administração - advogando das vantagens da fusão de Metropolitano de Lisboa e Carris. Trata-se de uma proposição falsa! O que o Governo defende é que exista uma administração pública de uma ETL (empresa de transportes de Lisboa) com a única função de gerir as concessões privadas do Metro e da Carris, concessionárias que terão - necessariamente - as suas próprias administrações! E assumidamente a administração única que agora o Governo propõe tem como único objectivo concessionar aos privados os transportes públicos, fragmentar e liquidar as Empresas - e não gerir as Empresas Carris e Metropolitano de Lisboa. Cabe à Assembleia da República impedir que mais este crime contra a nossa economia seja cometido.

Passou um ano desde que a troika PS- PSD-CDS assinou um acordo de traição que mais não é do que um Pacto de Agressão ao povo e ao país com a troika FMI-BCE-EU. Estamos a ver e a viver o que tem sido este ano. **É TEMPO DE DIZER BASTA! É PRECISO DIZER BASTA!**

**O PCP APELA A TODOS E A CADA UM PARA QUE DÊ VOZ AO PROTESTO E À LUTA POR UMA VIDA MELHOR E MAIS DIGNA E PARTICIPE**

1 ano do Pacto de Agressão

**É tempo  
de dizer  
BASTA!**

**Manifestação**  
**26 Maio • Lisboa**  
(Sábado) • 15h00

Cais Sodré → Restauradores

**Comício**  
**Jerónimo**  
**de Sousa**  
Secretário-Geral do PCP

**PCP**